

MÔNICA QUEIROZ

—

MANUAL
DE DIREITO
CIVIL

7^a
edição

revista e
atualizada

7



EDITORA
MÉTODO

- A autora deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pela autora até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.04.2022
- A autora e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 7ª edição.
- Capa: Aurélio Corrêa; adaptação por Rejane Megale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Q45m
7. ed.

Queiroz, Mônica
Manual de direito civil / Mônica Queiroz. – 7. ed., rev. e atual. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
1264 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-532-9

1. Direito civil – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título.

22-77080

CDU: 347(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	3
1. Direito objetivo e direito subjetivo.....	3
2. Direito natural e direito positivo	3
3. A divisão do direito e a constitucionalização do direito civil	4
4. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais	6
5. As fontes do direito.....	8
5.1. Fontes formais, diretas ou imediatas.....	8
5.1.1. Fonte primária: a lei	8
5.1.2. Fontes secundárias	8
5.2. Fontes não formais, indiretas ou mediatas.....	9
6. A sistemática do Código Civil de 2002 e suas diretrizes básicas: eticidade, sociabilidade e operabilidade	9
CAPÍTULO 2 – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	13
1. Da LICC à LINDB: seus contornos iniciais	13
2. Natureza jurídica da LINDB	14
3. Classificação das leis	14
3.1. Quanto à obrigatoriedade.....	14
3.2. Quanto à sua natureza	14
3.3. Quanto ao autorramento (ou intensidade da sanção)	14
4. Vigência das leis	15
5. Vacância da lei ou <i>vacatio legis</i>	15
5.1. Contagem da <i>vacatio legis</i>	16
6. Lei com incorreções ou erros materiais	16
7. Princípios informadores da eficácia das leis	16

7.1.	Princípio da obrigatoriedade das leis	16
7.2.	Princípio do <i>Iura Novit Curia</i>	17
7.3.	Princípio da continuidade das leis	17
8.	Revogação da lei	17
8.1.	Espécies de revogação	17
9.	Repristinação.....	18
10.	Integração do ordenamento jurídico	19
10.1.	Analogia	19
10.2.	Costumes	20
10.2.1.	Espécies de costumes	20
10.3.	Princípios gerais de direito	21
10.4.	Equidade	21
11.	Interpretação das leis	22
11.1.	Quanto à origem	22
11.2.	Quanto aos métodos	23
11.3.	Quanto ao resultado	23
12.	Conflito de leis no tempo	24
CAPÍTULO 3 – DAS PESSOAS NATURAIS		27
1.	Da personalidade jurídica	27
2.	O início da personalidade	28
2.1.	Teoria natalista	28
2.2.	Teoria da personalidade condicional	29
2.3.	Teoria concepcionista	29
3.	A situação jurídica do embrião	33
4.	O fim da personalidade	35
4.1.	Morte real	36
4.2.	Morte civil ou fictícia	36
4.3.	Morte presumida.....	36
4.3.1.	Morte presumida sem decretação de ausência	37
4.3.2.	Morte presumida com decretação de ausência	37
5.	Da ausência	38
5.1.	Hipóteses que autorizam a abertura do procedimento da ausência..	38
5.2.	O porquê do instituto da ausência.....	38
5.3.	Fases do procedimento de ausência	38
5.4.	Reaparecimento do ausente	40
5.4.1.	Do retorno do ausente que era casado	41
6.	Comoriência.....	41
7.	A dignidade no seio da morte	43
8.	Atributos da personalidade.....	45
8.1.	Nome civil	45
8.2.	Hipóteses de alteração do nome civil	47

8.2.1.	Imotivada	47
8.2.2.	Motivada	47
8.2.2.1.	Obrigatória	47
8.2.2.2.	Facultativa	47
9.	Estado civil	53
10.	Capacidade	54
10.1.	Capacidade de direito/aquisição/gozo	54
10.2.	Capacidade de fato/exercício/ação	54
10.2.1.	Teoria das incapacidades	55
10.2.2.	Algumas premissas para o estudo das incapacidades	56
10.2.3.	O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e os seus efeitos na teoria das incapacidades	56
10.2.4.	Quem são os absoluta e os relativamente incapazes depois do Estatuto da Pessoa com Deficiência?	57
10.2.5.	Exceções à necessidade de assistência ao maior de 16 e menor de 18 anos	60
10.2.6.	Os idosos, os indígenas e os ausentes	60
10.2.7.	Ação de interdição e tomada de decisão apoiada	61
10.2.7.1.	Natureza jurídica da sentença de interdição	64
10.2.7.2.	Atos praticados pelo incapaz antes de sua interdição	65
10.2.8.	O panorama da doutrina após o Estatuto da Pessoa com Deficiência	66
10.2.9.	Formas de obtenção de capacidade	70
10.2.9.1.	Espécies de emancipação	71
10.2.9.2.	Prova de emancipação	74
10.2.9.3.	Efeito da emancipação	74
11.	Registro e averbação	74
12.	Dos direitos da personalidade	75
12.1.	A proteção aos direitos da personalidade	75
12.2.	Características dos direitos da personalidade	76
12.3.	A cláusula geral de tutela aos direitos da personalidade	77
12.4.	A relativização dos direitos da personalidade	78
12.5.	O direito ao esquecimento	80
12.6.	A proteção do Código Civil de 2002 a alguns direitos da personalidade	84
12.6.1.	Direito à integridade física	84
12.6.2.	Direito ao nome	91
12.6.3.	Direito à imagem	91
12.6.4.	Direito à privacidade	93
12.7.	A proteção à pessoa jurídica	95
13.	Domicílio da pessoa natural	98
13.1.	Espécies de domicílio	98

CAPÍTULO 4 – DAS PESSOAS JURÍDICAS	101
1. Pessoa jurídica: definição e função social.....	101
2. Requisitos caracterizadores da pessoa jurídica	102
3. Natureza jurídica da pessoa jurídica	102
3.1. Teoria negativista	102
3.2. Teoria afirmativista	102
3.2.1. Teoria da ficção legal	103
3.2.2. Teoria da realidade objetiva	103
3.2.3. Teoria da realidade técnica.....	103
3.2.4. Teoria da realidade das instituições jurídicas	103
4. Classificação das pessoas jurídicas	103
4.1. Quanto à nacionalidade	103
4.1.1. Nacional	103
4.1.2. Estrangeira	103
4.2. Quanto à função	103
4.2.1. Pessoas jurídicas de direito público	103
4.2.2. Pessoas jurídicas de direito privado (art. 44, CC). A EIRELI: criação e extinção.....	104
4.3. Quanto à estrutura	105
4.3.1. Corporações (<i>universitas personarum</i>)	105
4.3.2. Fundações (<i>universitas bonorum</i>)	105
5. Pessoas jurídicas de direito privado.....	106
5.1. Sociedades	106
5.2. Associações (arts. 53 a 61, CC)	106
5.3. Fundações (arts. 62 a 69, CC)	108
5.3.1. Fases para constituição de uma fundação	109
5.3.2. Veladura das fundações	110
5.3.3. Alteração do estatuto da fundação	110
5.3.4. Extinção da fundação	110
5.4. Organizações religiosas	111
5.5. Partidos políticos	111
6. Quadro comparativo: associações, sociedades e fundações	111
7. Início da personalidade da pessoa jurídica.....	112
8. A possibilidade e a necessidade de realização de assembleias gerais por meios eletrônicos diante da Covid-19 e da Lei nº 14.195/2021 (Lei do Ambiente de Negócios)	113
9. Entes despersonalizados.....	115
10. Desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>)	116
10.1. Generalidades	116
10.2. Teorias acerca da desconsideração da personalidade jurídica	119
10.2.1. Teoria maior	119
10.2.2. Teoria menor	119
10.3. A desconsideração inversa da personalidade jurídica	120

10.4. A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica no CPC de 2015 (arts. 133 ao 137)	121
10.5. A Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) e as alterações na sistemática da desconsideração da personalidade jurídica do Código Civil	122
10.5.1. A autonomia da pessoa jurídica	123
10.5.2. A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica depois da entrada em vigor da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019)	124
10.5.3. Síntese das conclusões extraídas da análise das modificações apresentadas pela Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019)	128
11. Domicílio da pessoa jurídica	129
12. Extinção da pessoa jurídica	129
CAPÍTULO 5 – DOS BENS	131
1. Algumas distinções necessárias	131
2. Classificação dos bens	132
2.1. Dos bens considerados em si mesmos	132
2.1.1. Bens corpóreos ou incorpóreos	132
2.1.2. Bens imóveis ou móveis	133
2.1.2.1. Bens imóveis	133
2.1.2.2. Bens móveis	134
2.1.3. Bens fungíveis e infungíveis	136
2.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis	136
2.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis	137
2.1.6. Bens singulares e coletivos	137
2.2. Dos bens reciprocamente considerados	138
2.2.1. Os frutos	138
2.2.2. Os produtos	139
2.2.3. As pertenças	139
2.2.4. As benfeitorias	140
2.3. Dos bens quanto à titularidade de domínio	142
CAPÍTULO 6 – DO BEM DE FAMÍLIA	143
1. Notas introdutórias	143
2. O bem de família e a teoria do patrimônio mínimo	143
3. Natureza jurídica do bem de família	144
4. O bem de família no ordenamento jurídico brasileiro: dualidade de sistemas	145
4.1. O bem de família legal (Lei nº 8.009/90)	145
4.1.1. Objeto e limite	146
4.1.2. Proteção destinada à entidade familiar	149

4.1.3.	Efeito: a impenhorabilidade do bem	150
4.1.4.	As exceções da Lei nº 8.009/90	150
4.2.	O bem de família convencional ou voluntário	156
4.2.1.	Nova feição no Código Civil de 2002	156
4.2.2.	Constituição do bem de família convencional	156
4.2.3.	Indispensabilidade do registro	156
4.2.4.	Objeto	157
4.2.5.	Limite	157
4.2.6.	Efeitos: impenhorabilidade e inalienabilidade	158
4.2.7.	Duração temporal.....	158
CAPÍTULO 7 – DOS FATOS JURÍDICOS		159
1.	Classificação dos fatos jurídicos	159
2.	Dos atos jurídicos em sentido estrito ou atos jurídicos não negociais	160
3.	Dos negócios jurídicos	161
3.1.	Classificação dos negócios jurídicos	161
3.1.1.	Quanto à manifestação de vontade das partes	161
3.1.2.	Quanto às vantagens oferecidas pelo negócio	161
3.1.3.	Quanto aos efeitos	161
3.1.4.	Quanto à existência do negócio	162
3.1.5.	Quanto à forma do negócio	162
3.1.6.	Quanto às características pessoais das partes	162
3.1.7.	Quanto ao momento do aperfeiçoamento	162
4.	Os três planos do negócio jurídico: existência, validade e eficácia	162
4.1.	O plano da existência	162
4.2.	O plano da validade	163
4.3.	O plano da eficácia	163
4.4.	A escada ponteana	163
5.	Os elementos do negócio jurídico	164
5.1.	Os elementos essenciais de validade do negócio jurídico	164
5.1.1.	Agente capaz	164
5.1.2.	Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	164
5.1.3.	Forma prescrita ou não defesa em lei	165
5.2.	Elementos acidentais do negócio jurídico ou modalidades do negócio jurídico: condição, termo e encargo	166
5.2.1.	Condição (arts. 121 a 130, CC)	166
5.2.1.1.	Características da condição	166
5.2.1.2.	Espécies de condição	167
5.2.1.3.	Condições que invalidam o negócio jurídico	170
5.2.1.4.	Condições tidas por inexistentes	170
5.2.1.5.	Prerrogativas do titular do direito eventual (art. 130, CC)	170

5.2.2.	Termo (arts. 131/135, CC)	171
5.2.2.1.	Características do termo	171
5.2.2.2.	Espécies de termo	171
5.2.2.3.	Prazo	172
5.2.3.	Encargo ou modo (arts. 136 e 137, CC)	173
6.	Interpretação dos negócios jurídicos	173
7.	Da representação	178
7.1.	Conflito de interesses	179
7.2.	Contrato consigo mesmo ou autocontrato	180
	CAPÍTULO 8 – DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	181
1.	Generalidades	181
1.1.	Vícios do consentimento ou da vontade	181
1.2.	Vícios sociais	181
2.	Erro ou ignorância	181
2.1.	Conceito	181
2.2.	O erro substancial	182
2.3.	O falso motivo expresso como razão determinante	183
2.4.	O erro acidental	183
2.5.	Escusabilidade ou princípio da confiança?	183
2.6.	Meios interpostos	185
2.7.	Princípio da conservação do negócio jurídico	185
3.	Dolo	185
3.1.	Dolo principal e dolo acidental	185
3.2.	Dolo ativo (dolo positivo) e dolo passivo (dolo negativo)	186
3.3.	<i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	186
3.4.	Dolo direto e dolo de terceiro	187
3.5.	O dolo do representante	187
3.6.	Dolo recíproco ou torpeza bilateral	188
4.	Coação	188
4.1.	Coação física e coação moral	188
4.2.	A ameaça do exercício normal de um direito e o temor reverencial	189
4.3.	Apreciação da coação	189
4.4.	Efeitos da coação	190
4.5.	Coação de terceiro	190
5.	Estado de perigo	190
5.1.	O dolo de aproveitamento	191
5.2.	Efeitos do estado de perigo	191
6.	Lesão	192
6.1.	Lesão usurária, lesão enorme e lesão especial. Distinções	192
6.2.	Quadro comparativo: lesão usurária, lesão enorme e lesão especial ..	197

6.3. Quadro comparativo: lesão e estado de perigo.....	197
7. Fraude contra credores	197
7.1. O princípio da responsabilidade patrimonial.....	197
7.2. Conceito de fraude contra credores	198
7.3. Manifestações da fraude contra credores	198
7.4. O art. 164 do Código Civil e a teoria do patrimônio mínimo.....	198
7.5. Requisitos para a configuração da fraude contra credores	199
7.6. A ação pauliana ou revocatória	199
7.7. Especificidades da ação pauliana ou revocatória	200
7.7.1. Quem possui legitimidade ativa?	200
7.7.2. Quem possui legitimidade passiva?	200
7.7.3. Efeitos da ação pauliana	201
7.8. Distinção entre fraude contra credores e fraude de execução.....	201
7.9. Quadro comparativo: fraude contra credores e fraude de execução..	202
CAPÍTULO 9 – DA SIMULAÇÃO	205
1. A simulação e o seu novo regime no Código Civil de 2002	205
2. Hipóteses de simulação	206
3. Espécies de simulação.....	207
3.1. Simulação absoluta	207
3.2. Simulação relativa	207
4. Simulação inocente e simulação maliciosa	208
5. O terceiro de boa-fé	208
6. A reserva mental.....	208
CAPÍTULO 10 – DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	211
1. Nulidade (nulidade absoluta).....	212
1.1. Hipóteses de nulidade absoluta.....	212
1.2. Peculiaridades do regime das nulidades	215
2. Anulabilidade (nulidade relativa).....	217
2.1. Hipóteses de nulidade relativa.....	217
2.2. Peculiaridades do regime das anulabilidades.....	218
3. Algumas observações necessárias	220
3.1. Exceção à regra de proteção ao menor: o <i>tu quoque</i>	220
3.2. Impossibilidade de se reclamar a devolução da importância paga a um incapaz	221
3.3. Princípio da incomunicabilidade das nulidades	221
3.4. A invalidade do instrumento	222
4. Quadro comparativo: nulidade x anulabilidade	222
CAPÍTULO 11 – DOS ATOS ILÍCITOS	225
1. Notas introdutórias	225

2.	Espécies de atos ilícitos: subjetivo (art. 186, CC) e objetivo (art. 187, CC)..	225
3.	Excludentes de ilicitude.....	228
CAPÍTULO 12 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....		231
1.	Etapas para a compreensão da prescrição e da decadência	231
2.	Prescrição	235
2.1.	Prescrição extintiva e prescrição aquisitiva.....	235
2.2.	Natureza jurídica da prescrição extintiva	235
2.3.	A prescrição da exceção (art. 190, CC).....	235
2.4.	Renúncia à prescrição	236
2.5.	Impossibilidade de alteração dos prazos prescricionais pela vontade das partes	237
2.6.	Suprimento de ofício pelo juiz.....	238
2.7.	Momento de alegação da prescrição	239
2.8.	Continuação da prescrição.....	240
2.9.	Responsabilização do representante da pessoa jurídica e do assistente do relativamente incapaz	240
2.10.	Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição	240
2.11.	Com a Covid-19, mais uma causa impeditiva ou suspensiva da prescrição	245
2.11.1.	E agora? <i>Habemus</i> Covid	245
2.11.2.	Delimitação do alcance e da extensão da Lei do RJET ...	246
2.11.3.	A Lei do RJET e mais uma causa impeditiva ou suspensiva da prescrição	248
2.12.	Causas interruptivas da prescrição.....	248
2.13.	O alcance da interrupção da prescrição	253
2.14.	Os prazos de prescrição	253
2.15.	O início da contagem dos prazos prescricionais e a teoria da <i>actio nata</i>	256
2.16.	Os prazos de prescrição e o direito intertemporal	259
3.	Decadência ou caducidade	260
3.1.	Renúncia à decadência	260
3.2.	Momento de alegação	261
3.3.	Suprimento de ofício	261
3.4.	Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas	261
3.5.	Prazos decadenciais.....	262
4.	Quadro comparativo: prescrição x decadência	262
5.	Quadro comparativo: decadência legal x decadência convencional	262

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO 13 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	265
---	-----

1.	A relação jurídica obrigacional.....	265
2.	O débito (<i>schuld</i>) e a responsabilidade (<i>haftung</i>)	266
3.	A responsabilidade patrimonial do devedor. A problemática da prisão do depositário infiel	267
4.	Distinções necessárias: dever jurídico, obrigação, ônus e estado de sujeição..	268
5.	Fontes das obrigações	269
5.1.	Fonte imediata	269
5.2.	Fontes mediatas	269
6.	A obrigação como um processo. A obrigação complexa	271
7.	Obrigação <i>propter rem</i> ou real	271
CAPÍTULO 14 – DOS ATOS UNILATERAIS		273
1.	Da promessa de recompensa	273
2.	Da gestão de negócios	275
3.	Do pagamento indevido	277
3.1.	Conceito	277
3.2.	Requisitos do pagamento indevido	277
3.3.	Regras do pagamento indevido	278
3.4.	Hipóteses em que não é possível a repetição	278
3.5.	Frutos, acessões, benfeitorias e deteriorações supervenientes ao pagamento indevido	279
3.6.	Alienação de imóvel dado em pagamento indevido	279
4.	Do enriquecimento sem causa	280
4.1.	Requisitos do enriquecimento sem causa	280
4.2.	Efeitos do enriquecimento sem causa	281
4.3.	A subsidiariedade do instituto	281
CAPÍTULO 15 – CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES		283
1.	Classificação quanto ao conteúdo do objeto obrigacional	283
1.1.	A obrigação de dar	283
1.1.1.	A obrigação de dar coisa certa ou obrigação específica ...	283
1.1.1.1.	Os acessórios da coisa certa	283
1.1.1.2.	A perda da coisa certa	284
1.1.1.3.	A deterioração da coisa certa	285
1.1.1.4.	Melhoramentos na coisa ou cômodos obrigacionais	286
1.1.2.	A obrigação de restituir	287
1.1.2.1.	A perda da coisa na obrigação de restituir	287
1.1.2.2.	A deterioração da coisa na obrigação de restituir ..	287
1.1.2.3.	Melhoramento da coisa na obrigação de restituir ..	288
1.1.3.	A obrigação de dar coisa incerta ou obrigação genérica ...	288
1.1.3.1.	A escolha da coisa incerta	288

1.1.3.2.	Momento em que a obrigação de dar coisa incerta se convola em obrigação de dar coisa certa	288
1.1.4.	A impossibilidade de perda da coisa incerta	289
1.2.	A obrigação de fazer	289
1.2.1.	Classificação da obrigação de fazer	290
1.2.2.	Consequências do inadimplemento da obrigação de fazer ...	290
1.3.	A obrigação de não fazer	291
1.3.1.	Consequências do inadimplemento da obrigação de não fazer	291
2.	Classificação das obrigações quanto à quantidade de elementos obrigacionais	292
2.1.	Análise das obrigações subjetivamente plurais.....	292
2.1.1.	Obrigações fracionárias.....	292
2.1.2.	Obrigações solidárias	293
2.1.2.1.	Solidariedade. Conceito e espécies	293
2.1.2.2.	Princípio da variabilidade da natureza da obrigação solidária	294
2.1.2.3.	Incidência da solidariedade somente nas relações externas.....	295
2.1.2.4.	A solidariedade ativa	295
2.1.2.5.	A solidariedade passiva	297
2.1.3.	Obrigações divisíveis e indivisíveis	302
2.1.3.1.	A indivisibilidade da obrigação e a pluralidade de devedores	303
2.1.3.2.	A indivisibilidade da obrigação e a pluralidade de credores	303
2.1.3.3.	Remissão da dívida na obrigação indivisível.....	304
2.1.3.4.	Conversão da obrigação em perdas e danos.....	304
2.2.	Análise das obrigações objetivamente plurais	305
2.2.1.	Obrigações cumulativas ou conjuntivas	305
2.2.2.	Obrigações alternativas ou disjuntivas	305
2.2.2.1.	Impossibilidade superveniente da prestação na obrigação alternativa	306
2.2.3.	Obrigações facultativas ou obrigações com faculdade alternativa de cumprimento	307
3.	Classificação quanto ao conteúdo	307
4.	Classificação quanto à liquidez	308
5.	Classificação quanto à dependência	308
6.	Classificação quanto ao momento de cumprimento	308
7.	Classificação quanto ao local do adimplemento	309
8.	Visão panorâmica das obrigações	309
CAPÍTULO 16 – DO ADIMPLENTO DAS OBRIGAÇÕES.....		311
1.	Forma normal de se adimplir a obrigação: o pagamento	311

1.1.	Aspectos subjetivos	311
1.1.1.	Quem paga (O <i>solvens</i>)	311
1.1.2.	A quem pagar (O <i>accipiens</i>)	313
1.1.2.1.	O credor putativo	313
1.1.2.2.	O pagamento cientemente feito ao credor incapaz de quitar	315
1.1.2.3.	O pagamento realizado com a intimação da penhora	315
1.2.	Aspectos objetivos	316
1.2.1.	Princípio da pontualidade e princípio do nominalismo. Outros pontos relevantes	316
1.2.2.	A prova do pagamento	318
1.2.2.1.	A quitação.....	319
1.2.2.2.	A entrega do título	320
1.2.3.	Pagamento em quotas periódicas.....	320
1.2.4.	Despesas com o pagamento e quitação	321
1.2.5.	Pagamento por medida ou peso	321
1.3.	Do lugar do pagamento.....	321
1.3.1.	Aplicação da <i>supressio (verwirkung)</i>	322
1.4.	Do tempo do pagamento	323
2.	Formas especiais de se adimplir a obrigação	324
2.1.	Do pagamento em consignação.....	324
2.1.1.	Cabimento da consignação em pagamento	324
2.1.2.	Efeito da consignação	324
2.1.3.	Procedimento da consignação em pagamento	324
2.1.3.1.	Procedimento extrajudicial ou particular.....	325
2.1.3.2.	Procedimento judicial	325
2.1.4.	Despesas com o depósito	326
2.1.5.	Prestações vincendas	326
2.1.6.	O devedor de obrigação litigiosa.....	326
2.1.7.	Requerimento da consignação por parte de pretensor credor.....	326
2.2.	Do pagamento com sub-rogação.....	326
2.2.1.	Sub-rogação legal	328
2.2.2.	Sub-rogação convencional	328
2.2.3.	Pagamento parcialmente feito ao credor originário	328
2.3.	Da imputação do pagamento	329
2.3.1.	Elementos para a imputação do pagamento	329
2.3.2.	Objetivo da imputação do pagamento	329
2.3.3.	A imputação legal	329
2.4.	Da dação em pagamento	330
2.4.1.	Requisitos da dação em pagamento	330
2.4.2.	Aplicação supletiva das regras do contrato de compra e venda.....	330

2.4.3.	O título de crédito dado em pagamento	330
2.4.4.	Evicção da coisa dada em pagamento	331
2.4.5.	Diferença entre <i>datio pro soluto</i> e <i>datio pro solvendo</i>	331
2.5.	Da novação	331
2.5.1.	Requisitos para que ocorra a novação	332
2.5.2.	Espécies de novação	332
2.5.2.1.	Espécies de novação subjetiva passiva	332
2.5.3.	A insolvência do novo devedor.....	332
2.5.4.	Os acessórios e garantias da dívida primitiva	333
2.5.5.	A novação na dívida solidária	333
2.5.6.	A novação da obrigação principal e os seus reflexos no contrato de fiança	333
2.5.7.	A impossibilidade de se novar obrigações nulas ou extintas ..	334
2.6.	Da compensação	334
2.6.1.	Espécies de compensação	334
2.6.2.	Requisitos para que ocorra a compensação	334
2.6.3.	Compensação na fiança.....	335
2.6.4.	Os prazos de favor e a compensação	335
2.6.5.	A diferença de causa nas dívidas	336
2.6.6.	A compensação e as dívidas fiscais e parafiscais	336
2.6.7.	Cláusula excludente de compensação e renúncia à compensação.....	337
2.6.8.	A exigência da reciprocidade entre as dívidas	337
2.6.9.	A questão da compensação quando da cessão de um crédito	337
2.6.10.	A compensação de dívidas não pagáveis no mesmo lugar ..	338
2.6.11.	Aplicação das regras da imputação do pagamento quando da compensação	338
2.6.12.	A compensação e o direito de terceiro	338
2.7.	Da confusão	339
2.7.1.	Espécies de confusão	339
2.7.2.	A confusão e a dívida solidária	339
2.7.3.	O fim da confusão e o restabelecimento da obrigação	339
2.8.	Da remissão das dívidas	340
2.8.1.	Espécies de remissão	340
2.8.2.	A restituição do objeto empenhado	340
2.8.3.	A remissão a um dos codevedores na obrigação solidária ...	341
2.8.4.	Diferença entre renúncia e remissão	341
CAPÍTULO 17 – DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES		343
1.	Do inadimplemento relativo (da mora)	343
1.1.	Efeitos da mora	344
1.1.1.	Efeitos da mora do devedor	344

1.1.2.	Efeitos da mora do credor	346
1.2.	Espécies de mora do devedor.....	347
1.3.	A mora da obrigação decorrente de ato ilícito	349
1.4.	A purga ou emenda da mora	351
2.	Do inadimplemento absoluto	351
2.1.	Efeito do inadimplemento absoluto.....	352
3.	Das perdas e danos	353
4.	Dos juros legais	354
4.1.	Classificação dos juros	354
4.1.1.	Quanto à finalidade ou destinação	354
4.1.2.	Quanto à fixação da taxa	355
4.1.3.	Quanto à incidência	355
4.2.	A sistemática dos juros no Código Civil de 2002	355
4.3.	Limitação da taxa de juros convencionais	357
4.4.	A taxa de juros nas atividades bancárias	360
4.5.	Início da contagem dos juros de mora	361
4.6.	Desnecessidade de alegação de prejuízo	362
5.	Da cláusula penal	362
5.1.	Conceito e finalidades	362
5.2.	Espécies	363
5.3.	Cláusula penal moratória	363
5.4.	Cláusula penal compensatória	365
5.5.	Redução equitativa da cláusula penal	365
5.6.	Cláusula penal e obrigação indivisível	367
5.7.	Indenização suplementar.....	367
6.	Inadimplemento mínimo ou adimplemento substancial	367
7.	Violação positiva do contrato	369
7.1.	A doutrina do inadimplemento antecipado (<i>anticipatory breach of contract</i>)	370
CAPÍTULO 18 – DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....		373
1.	Da cessão de crédito	373
1.1.	Conceito e partes	374
1.2.	Objeto da cessão	374
1.3.	Forma para a realização da cessão	375
1.4.	Desnecessidade de anuência do devedor e imprescindibilidade de notificação ao devedor	376
1.5.	Responsabilidade do cedente pela existência do crédito	376
1.6.	Responsabilidade do cedente pela solvência do devedor	377
2.	Da assunção de dívida	377
2.1.	Modalidades de assunção de dívida	377
2.1.1.	Por expromissão	377

2.1.2. Por delegação	378
2.2. Efeitos da assunção de dívida	378
2.3. Anulação da assunção de dívida	379
2.4. Oposição de exceções pessoais	379
CAPÍTULO 19 – DAS ARRAS	381
1. Espécies de arras	381
1.1. Arras confirmatórias ou probatórias	382
1.2. Arras penitenciais	383
2. Diferença entre arras e cláusula penal	383
3. Tópicos sinópticos para melhor fixação do tema	384

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

CAPÍTULO 20 – RESPONSABILIDADE CIVIL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	387
1. Responsabilidade civil e penal.....	387
2. Responsabilidade contratual e extracontratual	387
3. Responsabilidade subjetiva e objetiva	389
CAPÍTULO 21 – A RESPONSABILIDADE SUBJETIVA	391
1. Pressupostos da responsabilidade subjetiva	391
1.1. A conduta humana antijurídica	391
1.2. A culpa <i>lato sensu</i> ou culpa genérica	392
1.2.1. Classificação da culpa <i>stricto sensu</i>	392
1.2.1.1. Quanto à origem	393
1.2.1.2. Quanto à atuação do agente	393
1.2.1.3. Quanto à análise pelo estudioso do Direito	393
1.2.1.4. Quanto ao grau de culpa	394
1.2.1.5. Quanto à sua presunção	394
1.3. O nexo causal	395
1.3.1. Teorias explicativas do nexo causal	395
1.3.1.1. Teoria da equivalência das condições ou condição “ <i>sine qua non</i> ”	395
1.3.1.2. Teoria da causalidade adequada	396
1.3.1.3. Teoria dos danos diretos e imediatos	398
1.3.2. Excludentes do nexo causal	399
1.3.2.1. O caso fortuito e a força maior. O fortuito interno e o fortuito externo	399
1.3.2.2. Fato ou culpa exclusiva da vítima	403

1.3.2.3.	Fato de terceiro ou culpa exclusiva de terceiro ...	404
1.4.	O dano	405
1.4.1.	Dano material ou patrimonial: o dano emergente e o lucro cessante	406
1.4.1.1.	A perda de uma chance (<i>perte d'une chance</i>)	407
1.4.2.	Dano moral	410
1.4.2.1.	Pequena classificação acerca do dano moral	412
1.4.3.	Importantes notas sobre o dano reflexo ou por ricochete ...	415
1.4.4.	Dano estético	416
1.4.5.	Questões controvertidas atinentes à reparação do dano moral	417
1.4.5.1.	A natureza jurídica da reparação por dano moral: as funções do dano moral	417
1.4.5.2.	Responsabilidade pressuposta	418
1.4.5.3.	Critérios para a fixação da reparação pelo dano moral	418
1.4.5.4.	A pessoa jurídica e o dano moral	420
1.4.5.5.	O inadimplemento de um contrato e a possibilidade de reparação por dano moral	421
1.4.5.6.	O dano temporal	422
1.4.5.7.	Dano moral x dano existencial	423
1.4.5.8.	Os novos danos: dano moral coletivo e dano social	424
CAPÍTULO 22 – A RESPONSABILIDADE OBJETIVA.....		427
1.	Noções preliminares da responsabilidade objetiva	427
2.	Responsabilidade por fato de terceiro	430
2.1.	A responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores	431
2.2.	A responsabilidade dos tutores e curadores pelos atos dos pupilos e curatelados	433
2.3.	A responsabilidade do empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos	434
2.4.	A responsabilidade dos donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos	436
2.5.	A responsabilidade dos que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime	438
3.	O ressarcimento daquele que houver pago: o direito regressivo	439
4.	A natureza da responsabilidade por fato de terceiro: solidária ou subsidiária? A responsabilidade do incapaz (art. 928, CC)	440
5.	Responsabilidade por fato de coisa	442
5.1.	Furto ou roubo de veículo	443
5.2.	Prejuízo decorrente de veículo emprestado	443
5.3.	Veículo alienado, mas não transferido no Detran	443

5.4.	A responsabilidade das empresas de <i>leasing</i> pela coisa arrendada ...	444
5.5.	A responsabilidade do dono ou detentor do animal	444
5.6.	A responsabilidade por danos causados em prédios em ruínas	446
5.7.	Responsabilidade por coisas caídas do prédio	447
5.8.	A responsabilidade dos empresários individuais e das empresas prevista no Código Civil de 2002	448
6.	A teoria do risco	451
7.	As várias concepções da teoria do risco	452
7.1.	Teoria do risco criado	452
7.2.	Teoria do risco integral	452
7.2.1.	Observações sobre o acidente de trabalho e a aplicação do art. 927, parágrafo único, do CC/2002	453
7.3.	Teoria do risco proveito	455
8.	A responsabilidade por abuso de direito	455
8.1.	Os limites ao exercício do direito	458
CAPÍTULO 23 – DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE		461
1.	A legítima defesa	461
2.	O exercício regular de um direito e o estrito cumprimento de um dever legal	462
3.	O estado de necessidade	463
4.	Outra excludente da responsabilidade: a cláusula de não indenizar	463
CAPÍTULO 24 – DA LIQUIDAÇÃO DE DANOS		465
1.	O princípio da reparação integral de danos	465
2.	Mudança de paradigma no Código Civil de 2002: o polêmico parágrafo único do art. 944 do CC	466
3.	Indenização em caso de homicídio	468
4.	Indenização em caso de lesão corporal	471
5.	Indenização em caso de lesão corporal que incapacite a vítima para o trabalho	472
6.	Indenização em caso de usurpação ou esbulho do alheio	474
7.	Indenização por injúria, difamação ou calúnia	474
8.	Indenização em caso de ofensa à liberdade pessoal	475
9.	Outras verbas incluídas no montante indenizatório	475
9.1.	Correção monetária	475
9.2.	Juros moratórios	477
9.3.	13º salário ou gratificação natalina	478
10.	Seguro obrigatório e indenização previdenciária. Compensação?	478
11.	Legitimados a postular a indenização	479
12.	Pessoas obrigadas a reparar o dano	480
13.	A prescrição da pretensão para a reparação civil	481

CAPÍTULO 25 – RESPONSABILIDADE CIVIL POR DEMANDA DE DÍVIDA VINCENDA OU DE DÍVIDA JÁ PAGA	483
1. A responsabilidade civil por demanda de dívida vincenda.....	483
2. A responsabilidade civil por demanda de dívida já paga	484
3. A necessidade de má-fé do credor. A Súmula nº 159 do STF	484
4. A natureza jurídica da responsabilidade oriunda dos arts. 939 e 940 do CC: subjetiva ou objetiva?	486
5. O afastamento das sanções por desistência da ação	486
CAPÍTULO 26 – PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM RELAÇÃO À PENAL	487
1. A relatividade da independência entre os juízos cível e criminal	487
2. Conclusões necessárias	488
CAPÍTULO 27 – RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE DE PESSOAS	491
1. O contrato de transporte. Cláusula de incolumidade. Regras gerais	491
2. As dimensões da responsabilidade do transportador	493
3. O porquê da responsabilidade objetiva do transportador em relação aos passageiros	494
4. Excludentes de responsabilidade do transportador	495
5. O transporte gratuito. A “carona”	497
5.1. O transporte aparentemente gratuito	497
5.2. O transporte puramente gratuito	499
6. O transporte clandestino	500
CAPÍTULO 28 – A RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO	501
1. A relação jurídica de consumo. Notas introdutórias	501
2. O consumidor	502
2.1. A corrente finalista ou subjetivista	503
2.2. A corrente maximalista ou objetivista	504
2.3. As duas correntes e o Superior Tribunal de Justiça	505
2.4. O finalismo atenuado	505
2.5. Outros consumidores pelo CDC: parágrafo único do art. 2º, art. 17 e art. 29	506
3. O fornecedor	508
4. O produto	510
5. O serviço	511
5.1. As atividades de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária	511
5.2. A remuneração do serviço: direta ou indireta	512

5.3. Os serviços públicos	513
6. A natureza jurídica da responsabilidade civil nas relações de consumo ...	516
7. A responsabilidade civil pelo vício do produto ou serviço	517
8. A responsabilidade civil pelo fato do produto ou serviço. O acidente de consumo	518
9. Excludentes de responsabilidade no código de defesa do consumidor	519

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

CAPÍTULO 29 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	523
1. O contrato como negócio jurídico	523
2. Conceito de contrato	523
3. O contrato como fonte das obrigações	524
4. A importância dos contratos	524
5. O diálogo das fontes: o Código Civil de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor	525
6. A pretensa crise dos contratos	527
CAPÍTULO 30 – OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	529
1. A principiologia clássica	529
2. A nova principiologia. A teoria preceptiva	530
2.1. O princípio da autonomia privada e os seus subprincípios: a liberdade contratual, o consensualismo e a relatividade dos efeitos dos contratos	530
2.1.1. A tutela externa do crédito	532
2.1.2. A autonomia privada e a autonomia existencial	534
3. A obrigatoriedade contratual (o <i>pacta sunt servanda</i>)	534
4. A função social dos contratos	535
4.1. A redação equivocada do art. 421 do CC, agora corrigida pela Lei nº 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica)	538
4.2. O subprincípio da conservação ou preservação dos contratos	539
5. A boa-fé objetiva	540
5.1. Boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva: uma distinção necessária	540
5.2. As funções da boa-fé objetiva	541
5.2.1. A função interpretativa da boa-fé objetiva	542
5.2.2. A função limitativa ou controle da boa-fé objetiva	542
5.2.3. A função integrativa da boa-fé objetiva	542
5.3. Teorias que decorrem da boa-fé objetiva	546
5.3.1. A <i>supressio</i> (<i>verwirkung</i>)	546
5.3.2. A <i>surrectio</i> (<i>erwirkung</i>)	547

5.3.3. O <i>venire contra factum proprium non potest</i> (teoria dos atos próprios)	548
5.3.4. O <i>tu quoque</i>	549
5.3.5. O <i>duty to mitigate the loss</i>	550
6. A justiça contratual	551

CAPÍTULO 31 – A CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato	553
2. Quanto às formalidades exigidas	553
3. Quanto às obrigações das partes	554
4. Quanto ao sacrifício patrimonial sofrido	554
5. Quanto à previsão legal	554
6. Quanto ao tempo de execução ou momento do cumprimento	555
7. Quanto à personalidade	555
8. Quanto à independência	556
9. Quanto ao modo de elaboração ou discussão das partes acerca do conteúdo do contrato	556
10. Quanto aos riscos	558
11. Visão topográfica acerca da classificação dos contratos	559
11.1. Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato	559
11.2. Quanto às formalidades exigidas	559
11.3. Quanto às obrigações das partes	559
11.4. Quanto ao sacrifício patrimonial sofrido	559
11.5. Quanto à previsão legal	559
11.6. Quanto ao momento do cumprimento do contrato	559
11.7. Quanto à personalidade	560
11.8. Quanto à independência	560
11.9. Quanto ao modo de elaboração ou discussão das partes acerca do conteúdo do contrato	560
11.10. Quanto aos riscos	560

CAPÍTULO 32 – REQUISITOS DE EXISTÊNCIA E VALIDADE DOS CONTRATOS

1. Requisitos subjetivos	561
2. Requisitos objetivos	562
3. Requisitos formais	563

CAPÍTULO 33 – A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1. Das negociações preliminares ou fase da punção	565
2. Fase da proposta	566
3. Fase da aceitação	568
4. Lugar de celebração do contrato	570

CAPÍTULO 34 – O CONTRATO PRELIMINAR.....	571
1. Os requisitos do contrato preliminar	571
2. A ausência de cláusula de arrependimento	572
3. Espécies de contrato preliminar	572
4. O registro da promessa	573
CAPÍTULO 35 – EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS EFEITOS	575
1. Estipulação em favor de terceiro	575
2. Promessa de fato de terceiro	576
2.1. Os efeitos da promessa de fato de terceiro	577
3. Contrato com pessoa a declarar (arts. 467 a 471, CC)	577
3.1. Cláusula <i>pro amico eligendo</i>	577
3.2. A indicação do terceiro	578
3.3. Efeito <i>ex tunc</i> da aceitação do terceiro	578
CAPÍTULO 36 – DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	579
1. As sistemáticas existentes no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor	579
2. Um conceito genérico para os vícios redibitórios	579
3. Os vícios redibitórios pelo Código Civil	580
3.1. O defeito na coisa	581
3.2. Os efeitos do vício	581
3.3. Prazo decadencial para o ajuizamento das ações edilícias	582
3.4. Diferença entre vício redibitório e erro	585
4. Os vícios do produto ou serviço pelo Código de Defesa do Consumidor ..	585
CAPÍTULO 37 – DA EVICÇÃO	589
1. Compreendendo a evicção	589
2. As partes na evicção ou os elementos subjetivos da evicção	590
3. A exigência do contrato oneroso	590
4. A possibilidade da proteção incidente nas aquisições em hasta pública ..	591
5. As consequências da evicção	592
6. A evicção como causa impeditiva da prescrição	593
7. A cláusula de reforço, diminuição e exclusão da garantia. A cláusula de assunção ou ciência do risco	593
8. As manifestações da perda (total ou parcial) e as suas consequências	594
9. A deterioração ou benfeitoria no objeto da evicção	595
10. A denúncia da lide na evicção	595
CAPÍTULO 38 – EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	597
1. Forma normal ou natural de extinção dos contratos	597

2.	Extinção do contrato por fatos anteriores ou contemporâneos à sua celebração	598
2.1.	A invalidade contratual	598
2.2.	Cláusula resolutiva	598
2.3.	Cláusula de arrependimento	599
3.	Extinção do contrato por fatos posteriores à sua celebração	599
4.	Extinção do contrato por morte	601
5.	As diversas acepções da palavra “rescisão”	601
6.	A exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	602
7.	A <i>exceptio non rite adimpleti contractus</i>	603
8.	A cláusula <i>solve et repete</i>	603
9.	Visão topográfica das manifestações extintivas de um contrato	604

CAPÍTULO 39 – A REVISÃO DOS CONTRATOS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

1.	A cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	605
2.	Teorias aplicáveis quando da onerosidade excessiva	606
2.1.	A teoria da imprevisão	606
2.1.1.	Requisitos da teoria da imprevisão	607
2.1.2.	Os efeitos da teoria da imprevisão	609
2.1.3.	Críticas à teoria da imprevisão na moldura apresentada pelo CC/2002	610
2.1.4.	O art. 480 do Código Civil de 2002	611
2.2.	A teoria da quebra da base objetiva do negócio jurídico	612
3.	Quadro comparativo	613
4.	Notas sobre a Lei nº 14.010/2020 (Lei do RJET) e seus reflexos na revisão contratual	613

DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO 40 – DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....

1.	Noções introdutórias	619
2.	Elementos do contrato de compra e venda	619
2.1.	As partes	619
2.2.	A coisa	620
2.3.	O preço	620
3.	Natureza jurídica	621
4.	Os riscos da coisa e do preço	621
5.	O lugar em que deverá ocorrer a tradição	622
6.	A venda por amostras, protótipos ou modelos	622
7.	As coisas vendidas conjuntamente	622

8.	Classificação da venda de imóveis: <i>ad mensuram e ad corpus</i>	623
9.	Restrições à compra e venda	624
9.1.	Da venda de ascendentes a descendentes	625
9.2.	Da venda de bens sob administração	626
9.3.	Da venda de bens entre cônjuges	627
9.4.	Da venda de bens em condomínio	628
10.	Cláusulas especiais no contrato de compra e venda	630
10.1.	A retrovenda	630
10.2.	Da venda a contento e sujeita a prova	631
10.3.	Preempção ou preferência ou prelação convencional	631
10.4.	Da venda com reserva de domínio	633
10.5.	Da venda sobre documentos	635
CAPÍTULO 41 – DO CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA		637
1.	Noções introdutórias	637
2.	Natureza jurídica	637
3.	Traços distintivos da permuta em relação à compra e venda	638
CAPÍTULO 42 – DO CONTRATO ESTIMATÓRIO		639
1.	Noções introdutórias	639
2.	As partes no contrato estimatório	639
3.	Natureza jurídica	639
4.	Caracteres jurídicos	640
5.	Distinções necessárias	640
CAPÍTULO 43 – DO CONTRATO DE DOAÇÃO		641
1.	Noções introdutórias	641
2.	Natureza jurídica	641
3.	Da aceitação da doação	642
4.	Classificação da doação quanto aos elementos acidentais	642
5.	Modalidades de doação	642
5.1.	Doação contemplativa.....	642
5.2.	Doação remuneratória.....	643
5.3.	Doação conjuntiva.....	643
5.4.	Doação realizada a entidade futura.....	643
5.5.	Doação sob a forma de subvenção periódica.....	643
5.6.	Doação em contemplação de casamento futuro ou doação <i>propter nuptias</i>	644
5.7.	Doação com cláusula de reversão.....	644
5.8.	Doação manual	645
6.	Doações vedadas	645

6.1. Doação inoficiosa	645
6.2. Doação universal	646
6.3. Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice	646
6.4. Doação dissimulada	647
6.5. Doação de bens alheios	647
7. Doações com ressalvas	647
7.1. Doação ao nascituro	647
7.2. Doação de ascendente a descendente	648
7.3. Doação entre cônjuges	648
8. Promessa de doação	649
9. Revogação da doação	649
9.1. Revogação por ingratidão do donatário	649
9.2. Revogação pelo descumprimento de um encargo	650
CAPÍTULO 44 – DO CONTRATO DE LOCAÇÃO	653
1. Noções introdutórias	653
2. As partes no contrato de locação	653
3. Natureza jurídica	653
4. Obrigações do locador	653
5. Obrigações do locatário	654
6. Perda ou deterioração da coisa durante a locação	654
7. Alienação da coisa durante a locação	655
8. Sobre a extinção do contrato de locação	655
9. Benfeitorias realizadas pelo locatário	655
CAPÍTULO 45 – DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: MÚTUO E COMODATO	657
1. Noções introdutórias	657
2. Espécies de contrato de empréstimo	657
3. Do contrato de comodato	657
3.1. As partes no contrato de comodato	658
3.2. Natureza jurídica	658
3.3. Aspectos subjetivos relevantes no contrato de comodato	658
3.4. Obrigações do comodatário e efeitos do contrato de comodato	659
3.5. Comodato com prazo determinado e indeterminado	660
4. Do contrato de mútuo	660
4.1. As partes no contrato de mútuo	661
4.2. Natureza jurídica	661
4.3. Da restituibilidade	661
4.4. O mútuo feito a menor	662
4.5. O mútuo feneratício	663

CAPÍTULO 46 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	665
1. Noções introdutórias	665
2. Natureza jurídica	665
3. A retribuição	666
4. A temporariedade	667
5. O aliciamento do prestador de serviço e a tutela externa do crédito	668
6. A extinção do contrato de prestação de serviço	669
CAPÍTULO 47 – DO CONTRATO DE EMPREITADA	671
1. Noções introdutórias	671
2. As partes no contrato de empreitada	671
3. Distinção necessária: empreitada x prestação de serviço	671
4. Natureza jurídica	672
5. Classificação da empreitada	672
5.1. Quanto à determinação da remuneração a ser paga	672
5.1.1. Empreitada de preço fixo ou <i>marché a forfait</i>	672
5.1.2. Empreitada por medida, <i>ad mensuram</i> ou <i>marché sur devis</i> ..	672
5.1.3. Empreitada de valor reajustável	673
5.1.4. Empreitada por preço máximo	673
5.1.5. Empreitada por preço de custo.....	673
5.2. Quanto ao modo de execução do trabalho	673
5.2.1. Empreitada de labor ou de mão de obra	673
5.2.2. Empreitada mista ou global.....	673
6. Direitos e obrigações do empreiteiro	674
7. Direitos e obrigações do dono da obra	675
CAPÍTULO 48 – DO CONTRATO DE DEPÓSITO	677
1. Noções introdutórias	677
2. As partes no contrato de depósito	677
3. Distinções necessárias	677
4. Natureza jurídica	677
5. Modalidades de depósito	678
5.1. Depósito convencional ou voluntário.....	678
5.2. Depósito necessário ou obrigatório.....	678
5.2.1. Depósito legal.....	678
5.2.2. Depósito miserável	678
5.3. Depósito do hospedeiro.....	679
5.4. Depósito regular ou ordinário	679
5.5. Depósito irregular	679
5.6. Depósito judicial.....	679
6. Das obrigações e direitos do depositário	679

7. Sobre a extinção do contrato de depósito	680
8. A problemática da prisão do depositário infiel	681
CAPÍTULO 49 – DO CONTRATO DE MANDATO	683
1. Noções introdutórias	683
2. Partes no contrato de mandato	683
3. Natureza jurídica	683
4. Da procuração	684
5. Do substabelecimento	684
6. Modalidades do contrato de mandato	685
6.1. Quanto ao procurador	685
6.1.1. Mandato singular.....	685
6.1.2. Mandato plural.....	685
6.2. Quanto à extensão	686
6.2.1. Mandato geral	686
6.2.2. Mandato especial.....	686
6.3. Quanto ao conteúdo	686
6.3.1. Mandato em termos gerais	686
6.3.2. Mandato com poderes especiais.....	686
6.4. Quanto à finalidade	686
6.4.1. Mandato <i>ad negotia</i>	686
6.4.2. Mandato <i>ad judicia</i>	686
6.4.3. Mandato em causa própria (<i>in rem suam</i>)	687
7. Direitos e obrigações do mandante	687
8. Direitos e obrigações do mandatário	688
9. Sobre a extinção do contrato de mandato	688
9.1. A rescisão unilateral do contrato de mandato: a revogação e a renúncia	689
9.2. A morte de uma das partes contratantes	689
CAPÍTULO 50 – DO CONTRATO DE COMISSÃO	691
1. Noções introdutórias	691
2. As partes no contrato de comissão	691
3. Natureza jurídica	691
4. A responsabilidade do comissário	691
5. Distinção necessária: contrato de comissão x contrato de mandato	692
6. A cláusula <i>del credere</i>	692
7. Direitos e obrigações do comissário	692
8. Direitos e deveres do comitente	693
CAPÍTULO 51 – DO CONTRATO DE AGÊNCIA	695
1. Noções introdutórias	695

2.	As partes no contrato de agência	696
3.	Natureza jurídica	696
4.	Direitos e obrigações do agente	696
5.	Direitos e obrigações do proponente	697
CAPÍTULO 52 – DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO		699
1.	Noções introdutórias	699
2.	As partes no contrato de distribuição	699
3.	Natureza jurídica	699
4.	O objeto do contrato de distribuição	699
CAPÍTULO 53 – DO CONTRATO DE CORRETAGEM		701
1.	Noções introdutórias	701
2.	As partes no contrato de corretagem	701
3.	Natureza jurídica	701
4.	A corretagem como obrigação de resultado	701
5.	A remuneração do corretor	702
6.	O negócio celebrado sem a intermediação do corretor	704
7.	Aplicação de outras normas de legislação especial	704
CAPÍTULO 54 – DO CONTRATO DE TRANSPORTE		705
1.	Noções introdutórias	705
2.	As partes no contrato de transporte	706
3.	Natureza jurídica	706
4.	Cláusula de incolumidade: a obrigação de resultado	706
5.	Legislação atinente ao contrato de transporte	707
6.	Sobre o transporte de pessoas	708
6.1.	As bagagens do passageiro	708
6.2.	Direitos e obrigações do passageiro	708
6.3.	Direitos e obrigações do transportador	709
6.4.	As dimensões da responsabilidade do transportador	710
6.4.1.	Em relação a terceiros	710
6.4.2.	Em relação aos empregados	711
6.4.3.	Em relação aos passageiros	711
6.5.	O porquê da responsabilidade objetiva do transportador em relação aos passageiros	711
6.6.	Excludentes de responsabilidade do transportador	711
6.7.	O transporte gratuito. A “carona”	714
6.7.1.	O transporte aparentemente gratuito	714
6.7.2.	O transporte puramente gratuito	716
6.8.	O transporte clandestino	717

7.	Sobre o transporte de coisas	717
7.1.	Direitos e obrigações do expedidor	718
7.2.	Direitos e obrigações do transportador	718
7.3.	A interrupção no transporte	719

CAPÍTULO 55 – DO CONTRATO DE SEGURO..... 721

1.	Noções introdutórias	721
2.	As partes no contrato de seguro	721
3.	Natureza jurídica	722
4.	Caracteres jurídicos	722
4.1.	A apólice	722
4.2.	O cosseguro e o resseguro	723
4.3.	A boa-fé no contrato de seguro	724
4.4.	O valor da indenização: a vedação ao sobresseguro	725
4.5.	A aplicação de legislação especial	726
5.	Do seguro de dano	726
6.	Do seguro de pessoa	730
6.1.	O objeto do seguro de pessoa	730
6.2.	O capital segurado	731
6.3.	Seguro de vida: caso de morte ou caso de vida	732
6.4.	O suicídio do segurado	732
6.5.	A responsabilidade da seguradora em caso de morte do segurado em atividade arriscada	734
6.6.	A impossibilidade de sub-rogação da seguradora	735
6.7.	O seguro em grupo ou coletivo	735
6.8.	A irresponsabilidade da seguradora em relação a tratamentos médicos ou gastos hospitalares	735
7.	Direitos e obrigações do segurador	735
8.	Direitos e obrigações do segurado	736
9.	Seguro x proteção veicular	737

CAPÍTULO 56 – DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE RENDA.... 739

1.	Noções introdutórias	739
2.	A constituição de renda sob outro prisma	739
3.	Natureza jurídica	740
4.	A possibilidade de inserção de cláusulas restritivas de direito	740
5.	A duração do contrato de constituição de renda	741
6.	Efeitos jurídicos	742

CAPÍTULO 57 – DO CONTRATO DE JOGO E APOSTA 743

1.	Noções introdutórias	743
----	----------------------------	-----

2.	Natureza jurídica	743
3.	Classificação dos jogos	744
3.1.	Jogos proibidos.....	744
3.2.	Jogos tolerados	744
3.3.	Jogos permitidos.....	744
4.	A inexistência do que foi emprestado para o jogo ou a aposta	746
5.	Contratos sobre títulos da bolsa, mercadorias e valores	746
6.	O sorteio para dirimir questões ou para dividir coisas comuns	747
CAPÍTULO 58 – DO CONTRATO DE FIANÇA		749
1.	Noções introdutórias	749
2.	Distinções necessárias	749
3.	Natureza jurídica	750
4.	As partes no contrato de fiança	751
5.	Espécies de fiança	752
6.	Do objeto da fiança	752
7.	Dos efeitos da fiança	753
7.1.	O benefício de ordem	753
7.2.	O afastamento do benefício de ordem	754
7.3.	Alguns direitos do fiador	754
7.4.	A pluralidade de fiadores: a fiança conjunta	754
7.5.	A relação existente entre o fiador e o devedor	755
8.	Da extinção da fiança	755
9.	Da (im)penhorabilidade do bem de família do fiador	757
10.	Prazo para o fiador cobrar o pagamento do devedor principal	757
CAPÍTULO 59 – DO CONTRATO DE TRANSAÇÃO		759
1.	Noções introdutórias	759
2.	Natureza jurídica	759
3.	Modalidades de transação	760
4.	Do objeto da transação	760
5.	Caracteres jurídicos	760
6.	A anulação da transação	762
CAPÍTULO 60 – DO CONTRATO DE COMPROMISSO		765
1.	Noções introdutórias	765
2.	Natureza jurídica	765
3.	Classificação do compromisso	765
4.	Do objeto do compromisso	766
5.	Distinções necessárias	766
6.	Da constitucionalidade da arbitragem	767

DIREITO DAS COISAS

CAPÍTULO 61 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO DAS COISAS	771
1. Polêmica terminológica: direito das coisas ou direitos reais?	771
2. Em busca de uma definição para os direitos reais	771
3. Teorias acerca dos direitos reais	772
3.1. Teoria realista ou clássica	772
3.2. Teoria personalista	772
4. Direitos reais x direitos pessoais de cunho patrimonial (direitos obrigacionais)	772
4.1. Quanto ao sujeito	772
4.2. Quanto ao objeto	772
4.3. Quanto à eficácia	773
4.4. Quanto à transitoriedade	773
4.5. Quanto à possibilidade de perseguir a coisa (sequela)	773
4.6. Quanto à taxatividade	774
4.7. Quanto à preferência	775
5. Institutos de natureza híbrida	776
5.1. Obrigação <i>propter rem</i> ou obrigação real	776
5.2. Obrigações com eficácia real	776
5.3. Ônus real	776
6. Uma classificação necessária acerca do direito das coisas	777
CAPÍTULO 62 – DA POSSE	779
1. Teorias explicativas da posse	779
1.1. Teoria subjetiva da posse de Savigny	779
1.2. Teoria objetiva da posse de Ihering	779
1.3. Teorias sociológicas da posse	781
1.4. Síntese das teorias explicativas da posse	783
2. Natureza jurídica da posse.....	783
3. Classificação da posse	784
3.1. Desdobramento da posse: posse indireta e posse direta	784
3.2. Posse exclusiva e com posse	786
3.3. Posse justa e posse injusta	788
3.4. Posse de boa-fé e posse de má-fé	790
3.5. Posse nova e posse velha	792
3.6. Posse natural e posse civil ou jurídica	792
3.7. Posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i>	792
4. Detenção	793
4.1. Hipóteses de detenção	794

5.	Aquisição da posse. O constituto possessório	800
6.	Efeitos da posse	801
6.1.	Direito aos frutos	801
6.2.	Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	802
6.3.	Direito às benfeitorias	802
6.4.	Direito à usucapião	804
6.5.	Direito à autotutela ou autodefesa	804
6.6.	Direito às ações possessórias	805
6.6.1.	Das ações possessórias	805
6.6.2.	Características das ações possessórias	806
6.6.3.	Classificação das ações possessórias	806
CAPÍTULO 63 – DA PROPRIEDADE. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS		809
1.	Conceituação e elementos constitutivos ação reivindicatória	809
2.	A inafastável função social	811
3.	A abrangência da propriedade	813
4.	Espécies de propriedade	814
4.1.	Propriedade plena ou alodial.....	814
4.2.	Propriedade limitada ou restrita.....	814
4.3.	Propriedade perpétua.....	814
4.4.	Propriedade resolúvel ou revogável.....	815
5.	Principais atributos ou características do direito de propriedade	815
5.1.	Absolutismo	815
5.2.	Exclusividade.....	815
5.3.	Perpetuidade ou irrevogabilidade.....	815
5.4.	Elasticidade	816
6.	Desapropriação judicial indireta	816
7.	Da descoberta	819
8.	Modos aquisitivos da propriedade imóvel	820
CAPÍTULO 64 – DA USUCAPIÃO		821
1.	Etimologia e conceito	821
2.	Usucapião: modo originário de se adquirir a propriedade	823
3.	A coisa hábil a ser usucapida (<i>res habilis</i>)	824
4.	Modalidades de usucapião de bens imóveis	826
4.1.	Usucapião extraordinária	826
4.2.	Usucapião ordinária	828
4.3.	Usucapião constitucional ou especial	830
4.4.	Usucapião familiar ou usucapião por abandono de lar	836
4.4.1.	Alguns aspectos processuais afetos à ação de usucapião especial por abandono de lar	842

4.4.2. Discussão acerca da constitucionalidade do art. 1.240-A do CC	844
4.5. Usucapião indígena	848
4.5.1. Observações importantes acerca da usucapião:	849
CAPÍTULO 65 – DO REGISTRO	859
1. Notas introdutórias	859
2. Sistemas afetos à aquisição da propriedade imobiliária	860
2.1. Sistema alemão	860
2.2. Sistema francês.....	860
2.3. Sistema romano	860
3. A presunção relativa de propriedade gerada pelo registro	860
4. Princípios que regem o ato registral	861
4.1. Princípio da instância	861
4.2. Princípio da constitutividade	861
4.3. Princípio da territorialidade	862
4.4. Princípio da especialidade ou especialização	862
4.5. Princípio da publicidade	862
4.6. Princípio da prioridade ou preferência	862
4.7. Princípio da legalidade	864
4.8. Princípio da força probante	864
CAPÍTULO 66 – DA ACESSÃO	867
1. Delimitando a acessão e suas modalidades	867
2. Acessão natural (arts. 1.249/1.252, CC)	867
2.1. Formação de ilhas (art. 1.249, CC)	868
2.2. Aluvião (art. 1.250, CC)	868
2.3. Avulsão (art. 1.251, CC)	868
2.4. Álveo abandonado (art. 1.252, CC)	868
3. Acessão artificial (arts. 1.253/1.259, CC)	869
CAPÍTULO 67 – MODOS AQUISITIVOS DA PROPRIEDADE MÓVEL ..	873
1. Da usucapião de bens móveis	873
1.1. Usucapião extraordinária (art. 1.261, CC)	873
1.2. Usucapião ordinária (art. 1.260, CC)	873
2. Da ocupação	873
3. Do achado de tesouro (arts. 1.264/1.266, CC)	874
4. Tradição (arts. 1.267/1.268, CC)	874
5. Especificação (arts. 1.269/1.271, CC)	874
6. Confusão/comistão/adjunção (arts. 1.272/1.274, CC)	875
7. Perda da propriedade	875

CAPÍTULO 68 – DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA	877
1. Notas introdutórias	877
2. Do uso anormal da propriedade	877
3. Árvores limítrofes	880
4. Da passagem forçada	880
5. Passagem de cabos e tubulações	881
6. Águas	881
7. Dos limites entre prédios e do direito de tapagem	885
8. Do direito de construir	886
CAPÍTULO 69 – DO CONDOMÍNIO GERAL.....	889
1. Classificação de condomínio	889
1.1. Quanto à origem	889
1.2. Quanto ao seu objeto	890
1.3. Quanto à forma	890
1.4. Quanto à transitoriedade.....	890
2. Espécies de condomínio disciplinadas no Código Civil	890
3. Direitos e deveres dos condôminos (arts. 1.314 a 1.320, CC)	890
4. Divisão do condomínio	891
5. Administração do condomínio (arts. 1.323 a 1.325, CC)	892
CAPÍTULO 70 – DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO	893
1. Introdução	893
2. Natureza jurídica do condomínio edilício	894
3. Condomínio edilício. Caracterização	895
4. Instituição e constituição do condomínio	895
5. Direitos e deveres dos condôminos	898
6. Obras no condomínio	903
7. A Lei nº 14.309/2022 e a realização de assembleias virtuais em condomínios edilícios e sessão permanente de condôminos	904
8. O condomínio de lotes	905
9. O loteamento de acesso controlado	909
10. O condomínio urbano simples	910
CAPÍTULO 71 – DA MULTIPROPRIEDADE OU <i>TIME SHARING</i>	911
1. A Lei nº 13.777/2018 e a multipropriedade imobiliária	911
2. Disciplina legal e definição	912
3. Multipropriedade: direito real sobre coisa própria	913
4. Dos direitos e deveres do multiproprietário	913
5. A alienação da unidade periódica	914
6. O objeto da multipropriedade	915

7. A multipropriedade em unidade autônoma de condomínio edilício	915
8. Fração de tempo	917
9. A instituição e a administração da multipropriedade	917
10. A penhorabilidade da unidade periódica e a impenhorabilidade dos móveis que a garantem	919
11. Do inadimplemento das obrigações por parte do multiproprietário	919
12. A previsão de renúncia translativa na lei	920

CAPÍTULO 72 – DA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E O DESFAZIMENTO DO CONTRATO PELA LEI Nº 13.786/2018.....	923
1. Noções de incorporação imobiliária	923
2. Exigência de quadro-resumo	923
3. Possibilidade de cláusula de tolerância	924
4. Desfazimento ou extinção do contrato	926
5. Direito de arrependimento	929
6. Afastamento das regras da Lei nº 4.591/64	930
7. Algumas notas sobre as alterações na Lei nº 6.766/79 promovidas pela Lei nº 13.786/2018	930

CAPÍTULO 73 – DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA E DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	933
---	-----

CAPÍTULO 74 – DA ENFITEUSE	937
----------------------------------	-----

CAPÍTULO 75 – DA SUPERFÍCIE	941
-----------------------------------	-----

CAPÍTULO 76 – DAS SERVIDÕES	947
1. Compreendendo e delimitando as características da servidão	947
2. Modalidades de servidão	948
2.1. Servidão urbana	948
2.2. Servidão rural ou rústica	948
2.3. Servidão positiva	948
2.4. Servidão negativa	948
2.5. Servidão aparente.....	948
2.6. Servidão não aparente.....	949
2.7. Servidão contínua.....	949
2.8. Servidão descontínua	949
3. Modos de constituição da servidão	949
4. Ações referentes às servidões	950
5. Extinção da servidão	950
6. Distinções necessárias: servidão de passagem x passagem forçada	951

CAPÍTULO 77 – DO USUFRUTO	953
1. Os contornos do instituto. Características	953
2. Constituição do usufruto	954
3. Objeto do usufruto	955
4. Direitos e deveres do usufrutuário	955
5. Extinção do usufruto	956
CAPÍTULO 78 – DO USO	959
CAPÍTULO 79 – DA HABITAÇÃO	961
CAPÍTULO 80 – DIREITO REAL À AQUISIÇÃO: DO DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR	963
CAPÍTULO 81 – DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA	965
1. Distinções necessárias	965
2. Regras gerais	965
3. Efeitos do direitos reais de garantia	966
4. Vencimento antecipado da dívida	967
5. Vedação ao pacto comissório real	967
6. Garantia real prestada por terceiro	969
7. Penhor	969
7.1. Espécies de penhor	970
7.2. Direitos e deveres do credor pignoratício	972
7.3. Extinção do penhor	973
8. Hipoteca	973
8.1. Objeto da hipoteca	973
8.2. Algumas espécies de hipoteca	973
8.3. Alienação de bem hipotecado	974
8.4. Pluralidade de hipotecas	974
8.5. Direito de remição	975
8.6. Extinção da hipoteca	977
9. Anticrese	977
CAPÍTULO 82 – DIREITO REAL DE LAJE.....	979
1. Introdução	979
2. Natureza jurídica	980
3. Características e efeitos	982
4. A aquisição do direito real de laje	984
5. A extinção da laje em virtude da ruína da construção-base	984

6. Reflexo no âmbito processual	985
7. Distinções necessárias	985

DIREITO DE FAMÍLIA

CAPÍTULO 83 – INTRODUÇÃO SOBRE O NOVIDADEIRO CONCEITO DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E A FAMÍLIA CONSTITUCIONALIZADA	989
---	-----

CAPÍTULO 84 – PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA	991
1. Princípio da dignidade da pessoa humana	991
2. Princípio da solidariedade	991
3. Princípio da pluralidade das entidades familiares	992
4. Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros	993
5. Princípio da igualdade entre os filhos	993
6. Princípio do melhor interesse da criança ou adolescente	993
7. Princípio da não intervenção ou proibição de interferência	993
8. Princípio da monogamia	994
9. Princípio da afetividade	995
10. Princípio da função social	996
11. Princípio da boa-fé objetiva	997

CAPÍTULO 85 – DO CASAMENTO	999
1. Introdução	999
2. A natureza jurídica do casamento	999
3. Causas impeditivas do casamento	1000
4. Causas suspensivas do casamento	1001
5. Pressupostos do casamento	1003
5.1. Do casamento nulo	1005
5.2. Do casamento anulável	1006
5.2.1. Da anulação por erro essencial quanto à pessoa do outro cônjuge	1009
5.3. O casamento do deficiente após a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência	1011
6. Do casamento putativo	1013
7. Do processo de habilitação para o casamento	1014
8. Da celebração do casamento	1015
9. Da possibilidade de suspensão da celebração do casamento	1016
10. Formas especiais de realizar o casamento	1016
10.1. O casamento celebrado em caso de moléstia grave	1016

10.2. O casamento nuncupativo	1017
10.3. O casamento por procuração	1018
11. Das provas do casamento	1019
12. Dos efeitos do casamento	1020
12.1. Os deveres conjugais	1021

CAPÍTULO 86 – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL	1025
1. Generalidades sobre a manutenção de um sistema dualista.....	1025
2. Necessárias conclusões advindas com a EC nº 66/2010	1027
3. Comparação entre a separação e o divórcio	1029
3.1. Modalidades de separação	1031
3.1.1. Da separação por mútuo consentimento	1031
3.1.2. Da separação litigiosa	1032
3.1.2.1. Da separação por ruptura da vida em comum ..	1032
3.1.2.2. Da separação por grave doença mental	1032
3.1.2.3. Da separação-sanção	1033
4. A aceitação do divórcio: evolução histórica e social	1036
4.1. Com a chegada da Constituição de 1988 e a EC nº 66/2010	1040
4.2. O divórcio diante do Código Civil de 2002	1041

CAPÍTULO 87 – REGIME DE BENS	1043
1. Visão topográfica e relevantes premissas acerca do tema	1043
2. O regime de separação obrigatória de bens (regime da separação de bens legal ou cogente)	1047
2.1. A Súmula nº 377 do STF	1050
2.2. Diferenciando a separação obrigatória da separação convencional de bens	1051
2.3. A doação entre cônjuges casados sob o regime de separação obrigatória de bens	1052
3. O regime da separação convencional de bens	1053
4. O regime de comunhão parcial de bens	1053
4.1. Bens e obrigações que serão excluídos do regime de comunhão parcial	1053
4.2. O que se comunica no regime de comunhão parcial de bens	1057
4.3. Quanto à administração dos bens no regime de comunhão parcial	1057
5. O regime de comunhão universal de bens	1058
6. O regime de participação final nos aquestos	1059
7. Regras finais acerca dos regimes de bens	1062
8. A vênua conjugal	1063
9. A administração dos bens diante da impossibilidade de exercício por um dos cônjuges	1066

CAPÍTULO 88 – DA UNIÃO ESTÁVEL	1067
1. A união estável e o abandono de designações discriminatórias	1067
2. As Leis nº 8.971/94 e nº 9.278/96: Um difícil começo	1068
3. Parâmetros para a configuração da união estável	1069
4. Os efeitos da união estável	1074
5. A conversão da união estável em casamento	1075
CAPÍTULO 89 – DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO	1077
1. O que é o parentesco e como ele se manifesta	1077
2. Da filiação	1079
3. Do reconhecimento dos filhos	1087
4. Da adoção	1090
4.1. Classificação	1090
4.2. O que é a adoção?	1092
4.3. Requisitos para que ocorra a adoção	1092
4.4. Estágio de convivência	1093
4.5. Efeitos da adoção	1094
4.6. As listas de adoção	1095
CAPÍTULO 90 – DO PODER FAMILIAR	1097
1. Notas introdutórias	1097
2. O conteúdo do poder familiar e a lei da palmada	1098
3. Da extinção, suspensão e perda do poder familiar	1100
4. Da alienação parental	1103
CAPÍTULO 91 – DOS ALIMENTOS.....	1107
1. Notas introdutórias	1107
2. A fixação dos alimentos e as partes envolvidas	1107
3. Características dos alimentos	1110
4. A possibilidade de levantamento de saldo de conta vinculada ao FGTS e a possibilidade de incidência de pensão alimentícia sobre o 13º salário e o terço de férias.....	1118
5. Alimentos gravídicos	1119
6. Classificações dos alimentos	1120
6.1. Quanto à causa jurídica ou fonte.....	1120
6.2. Quanto à natureza ou extensão.....	1120
6.3. Quanto à finalidade	1121
6.4. Quanto ao momento em que são reclamados	1121
6.5. Quanto à forma do pagamento:	1122
7. A possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos e a Súmula nº 309 do STJ. A possibilidade de inscrição do nome do devedor de alimentos em cadastro de proteção ao crédito	1122

8. A legitimidade do ministério público para ajuizar a ação de alimentos ..	1123
9. Extinção da obrigação de alimentos	1124

CAPÍTULO 92 – DA TUTELA, DA CURATELA, DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA E DA GUARDA

1. Da tutela	1127
1.1. Formas ordinárias de tutela	1128
1.2. Formas especiais de tutela	1129
1.3. Daqueles que não podem ser tutores	1129
1.4. Das pessoas dispensadas de prestar tutela	1130
1.5. Do exercício da tutela	1130
1.6. Da cessação da tutela	1134
2. Da curatela	1134
3. Da tomada de decisão apoiada	1140
4. Da guarda	1142

CAPÍTULO 93 – DO BEM DE FAMÍLIA

CAPÍTULO 94 – DA RESONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO

1. Introdução	1149
2. A questão dos princípios no pós-positivismo: a atribuição de qualidade normativa	1149
3. Afeto: princípio ou valor? Eis a questão... ..	1150
4. A pretensa adequação dos elementos da responsabilidade civil a um caso concreto de abandono afetivo paterno-filial	1151
5. Princípio da igualdade: uma proposição acerca da eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações familiares	1153
6. Análise da decisão proferida no julgamento do Recurso Especial nº 1.159.242/SP: notada confusão semântica	1154

DIREITO DAS SUCESSÕES

CAPÍTULO 95 – VISÃO GERAL DO DIREITO SUCESSÓRIO

1. Introdução	1161
2. Classificações de sucessão	1161
2.1. Quanto à fonte do direito sucessório	1161
2.2. Quanto aos efeitos da sucessão	1163
3. Sucessores	1164
3.1. Herdeiros testamentários ou instituídos	1164

3.2. Herdeiros legítimos	1164
3.3. Legatários	1164
4. A herança e seus limites	1165
4.1. Características da herança	1165
4.2. As forças da herança	1166
4.3. Administração da herança	1167
5. Abertura da sucessão	1167
5.1. O <i>Droit de Saisine</i>	1167
5.2. Local da abertura da sucessão	1168
5.3. A lei que rege a sucessão aberta	1168
6. Vocação hereditária	1169
6.1. Hipóteses de falta de legitimidade para a sucessão testamentária ..	1170
7. Aceitação da herança	1170
7.1. Características da aceitação	1170
7.2. Espécies de aceitação	1171
8. Renúncia à herança	1172
8.1. Modalidades de renúncia	1172
8.2. Efeitos da renúncia	1172
9. A possibilidade de inserção de cláusulas restritivas de direito em relação aos bens que compõem a legítima	1173
 CAPÍTULO 96 – DA EXCLUSÃO POR INDIGNIDADE E DA DESERDAÇÃO	 1175
1. Da exclusão por indignidade	1175
2. Da deserdação	1176
 CAPÍTULO 97 – DA HERANÇA JACENTE E DA PETIÇÃO DE HERANÇA	 1177
1. Da herança jacente	1177
2. Da petição de herança	1178
 CAPÍTULO 98 – A SUCESSÃO LEGÍTIMA	 1179
1. Introdução	1179
2. A sucessão dos descendentes	1179
3. A sucessão dos ascendentes	1183
4. A sucessão do cônjuge e do companheiro	1185
5. A sucessão dos colaterais	1187
 CAPÍTULO 99 – DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	 1189
1. Introdução	1189
2. Modalidades de testamentos	1189

2.1. Das formas ordinárias de testamento	1189
2.2. Dos testamentos especiais	1191
3. Codicilo	1192
4. Da revogação do testamento	1192
5. Do rompimento do testamento	1192
REFERÊNCIAS	1195